

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA CENTRO DE
EDUCAÇÃO PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA ESPECIALIZAÇÃO
LATO SENSU – GESTÃO EDUCACIONAL**

**GESTÃO ESCOLAR PARA A INCLUSÃO, DESAFIOS E
POSSIBILIDADES**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Carla Sandreli Nunes da Silva

Santa Maria, RS, Brasil

2014

GESTÃO ESCOLAR PARA A INCLUSÃO, DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Carla Sandreli Nunes da Silva

Monografia apresentada ao Curso de Pós-graduação a Distância
Especialização Latu-Senso em Gestão Educacional, da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS),
como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Gestão Educacional

Orientador: Prof. Dr^a Liliane Madruga Prestes

Co-Orientador: Prof. Dr. Celso Ilgo Henz

Santa Maria, RS, Brasil

2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA CENTRO DE
EDUCAÇÃO PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA ESPECIALIZAÇÃO
LATO SENSU – GESTÃO EDUCACIONAL**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada aprova a Monografia de Pós
Graduação**

**GESTÃO ESCOLAR PARA A INCLUSÃO, DESAFIOS E
POSSIBILIDADES**

elaborada por

Carla Sandreli Nunes da Silva

como requisito parcial para obtenção de grau

Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos.

A minha mãe Leocadia, meu maior exemplo de vida, que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos difíceis da minha vida, me dando força e me incentivando.

Ao meu marido Françoart, meu companheiro e incentivador, que nas horas difíceis me dava força para continuar, e nunca mediu esforços para me auxiliar.

Ao meu co-orientador professor Dr. Celso Ilgo Renz, e a minha orientadora professora Dr^a Liliane Madruga Prestes, que me orientou, pela sua disponibilidade, interesse e receptividade com que me recebeu e pela prestabilidade com que me ajudou.

Agradeço aos pesquisadores e professores do curso de Especialização em Gestão Educacional, professores da UFSM. Agradeço aos tutores presenciais e a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

Enfim, sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre”.

Paulo Freire

RESUMO

Monografia de Especialização Latu-Senso em Gestão Educacional, da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS),

Autora: Carla Sandreli Nunes da Silva

Orientador: Dr^a Liliane Madruga Prestes

Data e local da defesa:

A educação inclusiva tem como objetivo atender às crescentes exigências de uma sociedade em processo de renovação e de busca incessante da democracia, que só será alcançada quando todas as pessoas, indiscriminadamente, tiverem acesso à informação, ao conhecimento e aos meios necessários para a formação de sua plena cidadania. Neste sentido, considero que um grande desafio está colocado para a educação brasileira, possibilitar aos portadores de necessidades especiais direitos iguais aos demais alunos das escolas regulares, proporcionando-lhes dignidade e o direito a exercer a cidadania. Diante disso, o presente trabalho visou proporcionar algumas reflexões acerca das concepções que permeiam a inclusão social nas escolas, através de questionários que foram aplicados aos gestores e professores que trabalham com educação especial na mesma em uma escola pública no município de Pinhalzinho SC. Também verificou-se as condições de infraestrutura e acessibilidade na escola para atender os alunos com necessidades especiais. Com esta pesquisa foi possível ter conhecimento a respeito das percepções dos entrevistados sobre o processo de inclusão. Esta revelou há muito a ser feito para que a inclusão realmente ocorra nas escolas regulares, isso se evidencia no posicionamento da maioria dos professores, os quais relatam muitos percalços no ambiente escolar. Neste sentido é importante que a gestão escolar seja bem articulada, para que a inclusão possa acontecer da melhor maneira possível, possibilitando aos alunos com necessidades especiais, o acesso, permanência e o direito ao ensino de qualidade, assim como os demais alunos. A falta de apoio dos governantes foi apontado como um fator dificultador para professores e gestores. Além da falta de infraestrutura e de materiais adaptados. E o que se percebeu, é que a maioria dos docentes não possui formação específica na área de educação especial, o que pode contribuir para sentimentos de impossibilidade, medo, solidão, rejeição, entre outros que surgem no processo inclusivo. Assim, fica claro que a um longo caminho a ser percorrido, para que possamos falar que a inclusão está realmente acontecendo, para isto, não bastam apenas políticas públicas, estas precisam sair do papel, e receber um olhar diferente para que possam ser implantadas efetivamente nas escolas regulares, e possibilitar aos portadores de necessidades especiais, um ensino de qualidade, e que os faça sentir como indivíduos que são amados e respeitados pelos demais colegas e professores.

Palavras-chaves: Educação. Escola. Inclusão.

ABSTRACT

Monografia de Especialização Latu-Senso em Gestão Educacional, da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS),

Autora: Carla Sandreli Nunes da Silva

Orientador: Dr^a Liliane Madruga Prestes

Data e local da defesa:

Inclusive education aims to meet the growing demands of a society in the process of renewal and relentless pursuit of democracy, which will only be achieved when all people indiscriminately, have access to information, knowledge and resources necessary for the formation of their full citizenship. In this sense, I consider that a challenge is put to the Brazilian education, allow the handicapped equal rights with other students in regular schools, giving them dignity and the right to exercise citizenship. Therefore, this study aimed to offer some reflections on the concepts that permeate social inclusion in schools, through questionnaires applied to managers and teachers who work with special education in the same in a public school in the city of Pinhalzinho SC. Also verified the conditions of infrastructure and accessibility in school to meet students with special needs. This research was possible to have knowledge about the perceptions of respondents about the inclusion process. This revealed there is much to be done for inclusion in regular schools actually occurs, it is demonstrated in the positioning of the majority of teachers who described many mishaps in the school environment. In this sense it is important that the school management is well articulated, so that inclusion can happen in the best way possible, enabling students with special needs, access, residence and the right to quality education, as well as other students. The lack of support from governors was appointed as a complicating factor for teachers and administrators. Besides the lack of infrastructure and materials adapted. And what if realized, is that most teachers do not have specific training in special education, which can contribute to feelings of failure, fear, loneliness, rejection, among others that arise in the inclusive process. Thus, it is clear that a long way to go, so we can say that the inclusion is really happening to this, public policies are not enough, they need to leave the paper, and get a different look that can be deployed effectively in regular schools, and to enable persons with special needs, quality education, and that makes them feel like individuals who are loved and respected by the other classmates and teachers.

Keywords: Education. School. Inclusivo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 JUSTIFICATIVA.....	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
2.1 Gestão educacional	11
2.2 Gestão democrática.....	12
2.3 Gestão escolar para a inclusão, desafios e possibilidades.....	14
2.4 Da inclusão em sala de aula.....	17
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	19
3.1 Caracterização da pesquisa	19
3.1.1 Análise dos dados	19
3.1.2 Discussão dos resultados	20
3.1.3 Questionário aos gestores	20
3.1.3.1 Educação inclusiva na opinião dos gestores	21
3.1.3.2 Inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular	23
3.1.3.3 Ações da secretaria de educação para inclusão.....	24
3.1.3.4 Formação dos professores para a inclusão	26
3.1.3.5 Mudanças no cotidiano escolar para inclusão	27
3.1.3.6 Adaptações físicas na escola.....	29
3.1.3.7 Como os professores agem perante a inclusão	30
3.1.3.8 Sujeitos da educação inclusiva.....	32
3.1.4 Questionário aos professores	33
3.1.4.1 Tempo de trabalho dos professores na escola pesquisada	33
3.1.4.2 Formação didática dos professores	34
3.1.4.3 O que é educação inclusiva.....	35
3.1.4.4 Tipos de deficiência que podem ser atendidas nas escola regulares.....	37
3.1.4.5 Educação inclusiva ou exclusiva.....	38
CONCLUSÃO	42
REFERÊNCIAS.....	44
4 APÊNDICE(S).....	52
4.1 Apêndice A	52
4.2 Apêndice B.....	54

INTRODUÇÃO

Um dos grandes desafios da educação é assegurar a todas as pessoas, inclusive àquelas que apresentam algum tipo de deficiência, o acesso, a permanência e principalmente a aprendizagem na escola regular. Porém, isso requer não apenas oferecer o espaço e o direito a matrícula e permanência daqueles que a procuram, mas sim, atendê-los dentro de uma educação focada no aluno, que respeite o seu ritmo de aprendizagem e proporcione um ensino de qualidade, proporcionando assim uma formação cidadã.

A educação inclusiva é um tema desafiador para a educação brasileira, não se apresenta como uma proposta ou como uma escolha feita pelos sistemas de ensino. Constitui um paradigma educacional que conjuga igualdade e diferenças como valores indissociáveis, amparado por leis. Isto se deve ao desenvolvimento de estudos no campo da educação e na defesa dos direitos humanos que vêm modificando conceitos, legislações e práticas pedagógicas e de gestão promovendo a reestruturação do ensino. (MAFASSIOLI, 2009).

Surge assim, um novo modelo de escola, onde a educação inclusiva é possível, e permite o acesso e permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação que eram até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e principalmente de remoção das barreiras para a aprendizagem. (GLAT; BLANCO 2007).

Segundo a mesma autora citada acima, para tornar-se inclusiva a escola precisa formar seus professores e equipe de gestão e rever as formas de interação vigente e de todos os segmentos que a compõe e que nela interferem. Precisa realimentar sua estrutura, organização, seu projeto político pedagógico, seus recursos didáticos, metodologias e estratégias de ensino, bem como suas práticas avaliativas. Para acolher todos os alunos, a escola precisa, sobretudo, transformar suas intenções e escolhas curriculares, oferecendo um ensino diferenciado que favoreça o desenvolvimento e a inclusão social.

Segundo Matiskei (2004) inclusão e exclusão são facetas de uma mesma realidade: mas o que realmente faz a diferença é discutir mecanismos para viabilizar a inclusão social, cultural ou escolar entre outras, isto significa admitir a lógica intrinsecamente excludente presente nos atuais modos de organização e produção social que se querem modificar. Assim, segundo o autor cabe ao Estado, nesse contexto, a tarefa de buscar novos caminhos para a superação de alguns dos obstáculos presentes no seio social que distanciam segmentos excluídos do acesso aos bens e serviços e, no caso específico da inclusão escolar, do direito à educação.

O primeiro passo já foi dado, permitir e oferecer o acesso, para os que antes eram excluídos, porém ainda existem muitas barreiras a serem derrubadas, conquistar e disponibilizar

qualidade na educação é uma delas, além de oferecer igualdade de oportunidades para todos os indivíduos, indiferente de suas condições físicas ou mentais. Então talvez dessa maneira, estaremos combatendo as exclusões em suas distintas formas de manifestação.

1 JUSTIFICATIVA

A inclusão social assume a cada ano, importância maior, dentro da perspectiva de atender às crescentes exigências de uma sociedade em processo de renovação e de busca incessante da democracia, que só será alcançada quando todas as pessoas, indiscriminadamente, tiverem acesso à informação, ao conhecimento e aos meios necessários para a formação de sua plena cidadania. (STOBAUS, MOSQUERA, 2004).

Assim, para construir uma escola inclusiva, mas também de qualidade social, que atenda aos interesses e às necessidades da comunidade escolar, requer inúmeras mudanças, a começar pela reflexão sobre o direito à educação e sobre a percepção existente em relação à inclusão escolar de pessoas que apresentam necessidades especiais. Tal reflexão deve contribuir para a construção de elementos que favoreçam um trabalho pedagógico capaz de contemplar as especificidades de cada aluno.

Conforme Oliveira e Martins (2011), para que realmente ocorra à inclusão é necessário que aconteça uma ação conjunta de todos os envolvidos no processo educacional, novas ações, reflexões, posicionamentos sobre as práticas educativas aplicadas nas escolas, à fim de promover a aprendizagem de todos os alunos, independente de sua capacidade física ou mental.

Trata-se de reconhecer que às dificuldades que os alunos apresentam não são apenas deles, visto que resultam em grande parte do modo como a educação é concebida e colocada em prática. A partir do momento em que a escola compreende e implementa, na construção do seu currículo, princípios que subsidiem uma prática pedagógica favorecedora da aprendizagem de todos, conseqüentemente busca estratégias e alternativas capazes de tornar possível uma formação de acordo com o ritmo de cada um. (OLIVEIRA, MARTINS, 2011).

Desta maneira surge a necessidade de todos os indivíduos se sentirem e agirem como cidadãos, que sabem de seus valores, direitos e também de seus deveres. Portanto a inserção de todos num programa educacional flexível que possa abranger o mais variado tipo de alunado e oferecer o mesmo conteúdo curricular sem perda da qualidade do ensino e da aprendizagem.

Diante disso, o presente trabalho visou proporcionar algumas reflexões acerca das concepções que permeiam a inclusão social nas escolas, bem como conhecer a realidade de uma escola de ensino regular, em relação à inclusão.

Buscou-se também analisar quais as percepções dos gestores e professores de uma escola pública de educação básica, que oferece ensino fundamental e médio, sobre os processos de inclusão de pessoas com necessidades especiais nas escolas regulares, bem como verificou-se as estruturas existentes para que possam atender com qualidade e bem estar estes alunos.

Como objetivo específicos as seguintes ações foram realizadas:

- Examinou-se de forma cuidadosa os limites e possibilidades da inclusão social na escola pública de Educação Básica José Marcolino Eckert, localizada no município de Pinhalzinho, SC.
- Analisou-se a compreensão que os professores e gestores têm das políticas públicas voltadas para a inclusão social de necessidades especiais, na escola de educação básica José Marcolino Eckert.
- Identificou-se quais as percepções dos gestores e professores sobre a inclusão social dos portadores de necessidades especiais.
- Analisou-se as condições de infraestrutura e acessibilidade na escola.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Gestão educacional

Gestão é uma expressão que ganhou corpo no contexto educacional acompanhando uma mudança de paradigma no direcionamento das questões deste campo de estudo. Em suma, a sua principal característica é à participação consciente e responsável das pessoas nas tomadas de decisões, orientação e planejamento de seu trabalho (SANTOS, 2011).

O conceito de gestão está associado ao fortalecimento da democratização do processo pedagógico, à participação responsável de todos os envolvidos na comunidade escolar, nas decisões necessárias e na sua efetivação mediante um compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais efetivos e significativos. (LUCK, 1997).

Segundo a mesma autora citada acima, dar às pessoas a oportunidade de sentirem-se responsáveis e autoras de seu próprio trabalho, tornando-as autônomas e ao mesmo tempo parte integrante e não apenas instrumentos para a realização dos objetivos da instituição, mediante a prática participativa, torna-se possível superar o exercício do poder individual e de referência e promover à construção do poder de competência, centrado na unidade escolar como um todo.

A gestão educacional, em atendimento a esses novos requerimentos, passou a ser organizada de modo a aperfeiçoar os recursos e garantir a produtividade da escola, utilizando, para isso, um discurso de participação e autonomia. (NETO; CASTRO, 2011).

Segundo Santos (2011), a gestão não se propõe a depreciar a administração, mas sim a superar suas limitações de direcionamento dicotomizado, simplificado e reduzido, e dar-lhe uma nova dimensão, no contexto de uma concepção de mundo e de realidade caracterizado pela visão da sua complexidade e dinamicidade, pela qual as diferentes dimensões e dinâmicas são utilizadas como forças na construção da realidade e sua superação.

A experiência tem demonstrado que educação de qualidade não pode ser obtida em sistemas educacionais e escolas envoltos em burocracias lentas e centralizadoras, preocupadas excessivamente com normas e regulamentos e com uma estrutura hierárquica que não lhes confere agilidade na solução dos problemas. (XAVIER, 1996). Conforme Luck (1997), a complexidade do processo de ensino depende, para seu desenvolvimento e aperfeiçoamento, de ação coletiva, de espírito de equipe, sendo este o grande desafio da gestão educacional.

2.2 Gestão democrática

A gestão democrática da educação é, hoje, um valor já consagrado no Brasil e no mundo, embora ainda não totalmente compreendido e incorporado à prática social global e à prática educacional brasileira e mundial. (FERREIRA, 2000). Ainda segundo o autor, a gestão democrática pode ser caracterizada como um espaço de descentralização do poder, de participação e de autonomia das instituições. Dessa maneira ela possibilita a construção da cidadania e deve ser considerada fundamental na formação cidadã.

Conforme Santos (2011), a gestão democrática é uma forma de gerir uma instituição de maneira que possibilite a participação, transparência e democracia, a participação de cada sujeito é fundamental e o reconhecimento de suas ideias e sua contribuição deve ser independente do nível hierárquico.

Para promover uma gestão educacional democrática e participativa, é necessário que ocorra o compartilhamento de responsabilidades entre os diversos níveis e segmentos presentes no sistema educacional. De acordo com Luck (1997), desse modo, as unidades de ensino poderiam, em seu interior, praticar a busca de soluções próprias para seus problemas e, portanto, mais adequadas às suas necessidades e expectativas, segundo os princípios de autonomia e participação.

Diante desse princípio, o modelo tradicional onde a concentração da autoridade fica centrada no gestor, deve ser extinto, pois desta maneira todas as decisões tomadas na unidade escolar, serão de responsabilidade do mesmo.

Para que ocorra uma gestão democrática, norteiam-se uma participação efetiva da comunidade, no momento de partilhar o poder através da descentralização até o momento de serem tomadas decisões importantes, que irão influenciar no cotidiano da escola, na consecução de resultados que proporcionem a satisfação de todos os indivíduos que compõem a comunidade escolar. (PAULA; SCHNECKENBERG, 2008).

Porém, segundo Mendonça (2001), a escola pública ainda é vista pelos usuários como propriedade do governo ou do pessoal que nela trabalha, onde o diretor procura evitar interferência dos pais, dos servidores e dos alunos no trabalho do professor e também da direção. As legislações têm funcionado como mecanismos reguladores dessa prevalência, uma vez que impõem critérios de proporcionalidade na participação aos segmentos organizados da comunidade escolar.

À medida que vigora na escola o entendimento por parte de todos os integrantes da comunidade escolar, incluindo pais e comunidade em geral, de que ela é uma criação pronta e acabada de um sistema maior, sobre a qual estes integrantes não têm poder de influência ou muito pouco, e da mesma forma não têm responsabilidade sobre a qualidade do trabalho que ocorre nestas instituições. Esse entendimento está associado à fragmentação do trabalho geral da escola em papéis, funções e tarefas e respectiva distribuição de atribuições. (LUCK, 1997).

Assim, as atitudes de acomodação, desinteresse ou falta de consciência sobre a importância dos processos democráticos produzem focos muitas vezes intransponíveis para a aplicação de mecanismos de gestão participativos. (MENDONÇA, 2001).

Na medida em que todos os setores da escola se conscientizarem e participarem efetivamente nas decisões a respeito de seus objetivos e de seu funcionamento, ter-se-á melhores condições para pressionar os escalões superiores no sentido de dotar a escola de autonomia e recursos. (PARO, 1987).

A presença da sociedade, na escola, é de grande relevância, para participar e acompanhar às decisões que acontecem dentro desta instituição. Assim como o esforço e união de toda a

equipe escolar deve ser valorizada neste ambiente, para que os mesmos se sintam motivados a atingir metas e objetivos traçados pela instituição. A estrutura física também é de grande importância o ambiente escolar deve ser agradável para facilitar a aprendizagem dos alunos, bem como o trabalho de professores e demais funcionários motivando-os a continuar na escola e, com isso, notavelmente será diminuída a evasão escolar, um dos objetivos a serem trabalhados pela organização escolar. (PAULA; SCHNECKENBERG, 2008).

Para Luck, (1997), a descentralização dos processos de direção e tomada de decisões em educação, a democratização dos processos de gestão da escola, estabelecidos na constituição Nacional e conseqüentemente a construção da autonomia da escola demandam o desenvolvimento de espírito de equipe e noção de gestão compartilhada nas instituições de ensino, em todos os níveis.

Sabe-se da necessidade de transformar as estruturas e dinâmicas da gestão das escolas para que elas recuperem a capacidade de transmitir uma cultura significativa e contribuam para recriar e desenvolver a democratização escolar. (KRAWCZYK, 1999).

Segundo Wittmann, (2000), as escolas precisam de mais autonomia, tanto para poder democratizar seu trabalho, como para atender as exigências da própria evolução que a sociedade passa. “Vivemos em tempos de novas rupturas e de novas configurações, a evolução lenta e gradual parece que vem de encontro à seus próprios limites. Novas demandas surgem para a gestão escolar, em decorrência da necessária autonomia e democratização de sua gestão”.

A escola se encontra, hoje, no centro de atenções da sociedade. Isto porque se reconhece que a educação, na sociedade globalizada e a economia centrada no conhecimento, constitui grande valor estratégico para o desenvolvimento de qualquer sociedade, assim como condição importante para a qualidade de vida das pessoas. (LUCK, 2000).

2.3 Gestão escolar para a inclusão, desafios e possibilidades

A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (art. 1º) define que, “pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas” (ONU, 2007).

Se partirmos da premissa de que a inclusão é um princípio educativo que deve garantir a todos os alunos, independente de sua deficiência ou necessidade especial, o acesso, a permanência e o pleno desenvolvimento “acadêmico”, temos que primar pela adoção de políticas e estratégias educacionais que garantam a plenitude da escolarização e do desenvolvimento desses alunos. (ANTUNES, 2008).

Segundo Figueiredo (2006), a dimensão da cultura inclusiva traz a possibilidade de se criar na escola uma comunidade acolhedora e colaboradora, em que todos sejam respeitados e valorizados, com suas diferenças e individualidades, a comunidade inclusiva é a base para que todos os alunos aprendam.

Nesse sentido é importante pensar a exclusão/ inclusão dentro e fora da escola, pois a mesma tem papel social importante, bem como a escola se torna uma mediadora deste processo.

A educação inclusiva se apresenta como um novo modelo de escola, onde é permitido o acesso e permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados são substituídos por procedimentos de identificação e remoção de barreiras para a aprendizagem. (GLAT, BLANCO, 2007).

A escola deve ser vista como um espaço de livre articulação de ideias. Segundo HORA: “A escola como uma instituição que deve procurar a socialização do saber, da ciência, da técnica e das artes produzidas socialmente, deve estar comprometida politicamente e ser capaz de interpretar as carências reveladas pela sociedade, direcionando essas necessidades em função de princípios educativos capazes de responder as demandas sociais”. (1994, p.34).

Para termos uma ideia mais precisa disso basta recorrer à Constituição Federal de 1988, considera uma “constituição democrática e cidadã”. Na Carta Magna do Brasil, encontramos referência aos direitos e deveres das pessoas com deficiência. O inciso III do Art. 208, estabelece que o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências deve se dar “preferencialmente na rede regular de ensino”.

Porém é inegável e inquestionável, que as escolas continuam sendo produto e produtoras de exclusões sociais, dos mais diversos tipos. Ainda ocorre muita resistência para mudar o perfil excludente da educação, as pessoas ainda são “categorizadas”, por suas diferenças, psíquicas, econômicas, sociais, físicas, religiosas, entre outras, estas categorizações ainda geram conflitos nas escolas, e se tornam muitas vezes entraves para que realmente se aplique a constituição da inclusão educacional. Segundo Glat e Blanco (2007), a escola inclusiva deve garantir o direito à educação, mas também traçar o caminho para o mercado de trabalho, além de auxiliar na capacidade crítica e reflexiva referente a realidade da sociedade a qual o aluno está inserido, segundo as autoras uma das formas de se efetivar está participação,

é por meio de uma gestão escolar democrática, onde o projeto político pedagógico é flexível e visa atender as necessidades dos alunos.

A gestão escolar democrática é centrada na eficácia da educação, no atendimento com qualidade, sem atitudes discriminatórias, assim todos serão incluídos e não apenas integrados. (BOAVENTURA, 2008).

Há alguns anos a exclusão com relação às pessoas com deficiência, predominava em todas as ações, muitas vezes tais pessoas eram afastadas do convívio social e isoladas, por serem consideradas anormais e incapazes de manter um convívio social.

De acordo Pavezi apud Mendes ([2010]), vários movimentos sociais e de direitos humanos, se intensificaram na década de 1960 promovendo assim um avanço em nível de conscientização e sensibilização da sociedade sobre as consequências da exclusão de indivíduos de grupos com status minoritários, levando a perceber a segregação sistemática de qualquer grupo ou criança como uma prática intolerável.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial de 1994 “a terminologia pessoa portadora de deficiência ou pessoa com deficiência refere-se às pessoas que” apresentam, em comparação com a maioria das pessoas, significativas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais, decorrentes de fatores inatos ou adquiridos, de caráter permanente, que acarretam dificuldades em sua interação com o meio físico e social”. (BRASIL, 1994, p. 22).

No Brasil, a promulgação da LDB 9394/96, que normatiza sobre a educação, instituída como direito social na Constituição Federal de 1988, apresenta a organização da Educação Especial, em seu capítulo V, prevendo o atendimento dos alunos portadores de necessidades especiais, tanto na escola regular como em escolas e classes especiais, inclusive comprometendo-se em manter o apoio financeiro às instituições filantrópicas que se destinem ao atendimento das pessoas com deficiência, dando origem a um novo embate político-ideológico em torno da inconstitucionalidade quanto à oferta de escolarização em escolas especiais, uma vez que a educação especial não é considerada um nível de ensino, mas sim uma modalidade que perpassa todos os níveis.

Todos os portadores de necessidades educativas especiais tem o direito à escolaridade, além do direito de serem tratados como os demais alunos das escolas regulares, não se pode permitir que diferenças sociais, físicas, psíquicas, econômicas entre outras, deixem a margem da sociedade milhares de pessoas, é preciso que ocorra a valorização de cada um, na sua singularidade, promovendo assim, a dignificação do homem e a construção e manutenção da sua condição de cidadão.

2.4 Da inclusão em sala de aula

O conceito de inclusão social diz que é o movimento pelo direito incondicional de todos os seres humanos participarem ativamente da vida pública, sem qualquer restrição de credo, religião, posição política, etnia, opção sexual ou grau de deficiência. (JANNUZZI et al, [2004]).

Muitas vezes as crianças portadoras de necessidades especiais são discriminadas e excluídas de uma vida social normal, até algumas famílias têm vergonha, ou medo de incluir estas pessoas na comunidade, pois infelizmente apesar de todo avanço social, ainda a sociedade tende a deixar à margem aquilo que não se enquadra dentro dos procedimentos e padrões rotineiros. (OLIVEIRA, 2001).

Neste sentido a inclusão escolar constitui hoje um dos temas mais debatidos no contexto educativo, pois o caráter excludente da sociedade contemporânea, juntamente com a crítica situação da escolarização e das políticas públicas do país em relação à inclusão, incentivam diversas discussões sobre este tema. Os debates geralmente são em como compreendê-la, quais as condições que podem favorecê-la e como fazê-la viável. (MARTÍNEZ, 2005b, p. 95).

Talvez estejamos enfrentado um dos maiores desafios para a área pedagógica vivenciadas nos últimos tempos, “aliar o processo de democratização quantitativa ao processo de qualificação da escola pública, sendo que o cenário político não é favorável e passa por grandes problemas e críticas da sociedades, uma vez que, se, por um lado há o anúncio de uma proposta político-educacional inclusiva, por outro, ainda hão de ser dadas as condições para sua operacionalização”. (OLIVEIRA, LEITE, 2007).

Ainda segundo os mesmos autores citados acima existem grandes dificuldades quando se fala no quadro de funcionários das escolas, bem como da equipe de especialistas, muitas vezes há ausência de gestores da área de educação, os quais poderiam auxiliar neste processo de inclusão, pois os mesmos estão em sintonia com as teorias educacionais e com o debate político-pedagógico atual, os quais dão suporte às ações cotidianas do interior das escolas.

Na medida em que a orientação inclusiva implica um ensino adaptado às diferenças e às necessidades individuais, os educadores, gestores e funcionários das escolas precisam estar habilitados e preparados para atuar de forma competente junto aos alunos inseridos, nos vários níveis de ensino, cada um desempenhando seu papel de forma consciente e correta, mas sempre buscando agir coletivamente para que a inclusão realmente ocorra, e possa proporcionar aos

que estão sendo incluídos um ambiente acolhedor que proporcione aprendizado e experiências pessoais significativas. (SANT'ANA, 2005).

Ainda segundo Oliveira e Leite (2007), alguns procedimentos diferenciados precisam ser garantidos para receber e manter, com qualidade educacional, todos os alunos na escola, e isto dependerá em grande parte do apoio que estes alunos irão receber na escola, através do trabalho de orientação, assessoria e acompanhamento do processo de inclusão.

Para isto, é importante que se organizem metodologias e práticas educativas favoráveis ao ritmo de aprendizagem do aluno com deficiência, é necessário considerar as condições sociais, intelectuais, motoras e comportamentais de cada aluno, assim como seu ritmo e tempo de aprendizagem, envolvendo assim a mudança de postura profissional de todos aqueles envolvidos no processo educacional, os quais devem estar sempre em busca de mais conhecimento e aprendizado. (OMOTE et al., 2005).

Para que este aprendizado ocorra de maneira efetiva, é garantido pela LEI Nº 9394/96, que: “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (Lei n. 9.394, BRASIL, 1996). Assim a educação regular e a educação especial se aproximam, caminhando para um cenário promissor e ampliando as possibilidades de desenvolvimento acadêmico dos alunos com necessidades especiais. (LEITE, et al 2013).

Porém, sabe-se que infelizmente os professores que deveriam ser o segmento particularmente mais adaptado para a promoção do ensino inclusivo, não recebem orientação e formação adequada para lidar com esta nova realidade escolar, dificultando assim o seu trabalho e muitas vezes diminuindo a qualidade do ensino para os demais alunos. (OMOTE et al. 2005). É necessário que ocorram capacitações para a compreensão das características e necessidades destes alunos, facilitando assim o trabalho dos docentes, os quais passariam a ter atitudes mais favoráveis em relação a inclusão.

Além disso, é preciso que ocorram transformações também na estrutura física dos sistemas de ensino, edificação, recursos didáticos pedagógicos, mobiliário, acervos de bibliotecas, adaptação do currículo e principalmente é necessário que ocorra a conscientização de toda comunidade escolar para que a inclusão seja encarada de maneira natural e para que todos os envolvidos entendam que estes indivíduos tem os mesmos direitos que os demais, e portanto precisam ser respeitados com suas diferenças e individualidades.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa foi do tipo qualitativa, onde foram feitas consultas bibliográficas, pesquisa documental. Num primeiro momento foi feito um levantamento de dados através de uma revisão da literatura, onde foram consultados acervos digitais e biblioteca. Posteriormente foi feito um levantamento de dados, o qual foi desenvolvido no âmbito de uma escola pública, este levantamento de dados foi feito mediante a aplicação de questionários aos professores que trabalham com educação especial e aos gestores escolares, os questionários foram elaborados com questões fechadas e semiestruturadas.

As questões estruturadas no questionário pretendiam responder os seguintes questionamentos:

- Quais são as percepções dos gestores e professores da escola de educação básica José Marcolino Eckert, sobre a inclusão social dos portadores de necessidades especiais?
- Averiguar se estão ocorrendo adaptações nas escolas e mudanças em função do processo de inclusão social.
- Analisar quais as políticas públicas voltadas para a inclusão social de portadores de necessidades especiais são aplicadas na referida escola.

3.1 Caracterização da pesquisa

3.1.1 Análise dos dados

O presente estudo foi realizado com os professores que atuam na área de educação especial da escola José Marcolino Eckert, os quais prontamente atenderam a solicitação para participar da referida pesquisa, e com os gestores da escola.

A entrevista aplicada foi baseada em fontes bibliográficas consultadas e se refere a aspectos de conhecimento em relação à inclusão social. Para a realização da pesquisa optou-se pela utilização de entrevistas estruturadas, a qual apresenta um roteiro de perguntas previamente estabelecido.

Conforme Clark e Castro (2003), a pesquisa é um processo de construção do conhecimento que tem como metas principais gerar novo conhecimento e/ ou contribuir com algum conhecimento preexistente. Trata-se basicamente de um processo de aprendizagem tanto do indivíduo que a realiza quanto da sociedade na qual esta se desenvolve.

A pesquisa qualitativa enfatiza o processo e seu significado, enquanto a quantitativa, preocupa-se em medir (quantidade, frequência e intensidade) e analisar as relações causais entre as variáveis. (TERENCE; FILHO, 2006).

Ainda, a pesquisa qualitativa caracteriza-se por ser do tipo exploratória, e estimula os envolvidos a pensarem sobre algum tema, problema, conceito ou objeto, já a pesquisa quantitativa, utiliza instrumentos estruturados, como questionários, e é considerada a mais adequada para apurar opiniões e atitudes explícitas e conscientes dos envolvidos. Com relação aos objetivos da pesquisa, esta é do tipo exploratória, pois se buscou informações e aprimoramento de ideias através de um levantamento bibliográfico, além de pesquisa de campo, onde foram aplicados questionários estimulando assim, a análise e participação dos entrevistados. Após a realização dos questionários, as respostas obtidas foram analisadas e discutidas.

3.1.2 Discussão dos resultados

Realizou-se uma análise descritiva (exploratória) para mensuração das opiniões dos entrevistados expondo-se as falas dos mesmos e, ao mesmo tempo expondo ideais de autores que versam sobre o assunto.

Para Gil (1999) “a interpretação dos dados tem por objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito com outros conhecimentos já assimilados”. A análise procura fornecer de modo claro às respostas do problema investigatório.

A pesquisa bibliográfica possibilitou um aprimoramento do conhecimento teórico, os questionários aplicados aos professores e gestores foram analisados e interpretados, possibilitando assim o conhecimento sobre qual a percepção dos mesmos em relação à inclusão.

3.1.3 Questionário aos gestores

3.1.3.1 Educação inclusiva na opinião dos gestores

A primeira pergunta feita aos gestores foi: Para você o que significa falar em educação inclusiva?

Gestor 1 - Educação inclusiva significa atender todas as necessidades dos alunos com algum tipo de deficiência.

Gestor 2 - Significa incluir o aluno com necessidades especiais em todos os espaços educativos.

Gestor 3 - Atender as necessidades educativas do portador de necessidade especiais na escola regular.

A escola tem um papel significativo, não só para o desenvolvimento cognitivo e social das crianças, mas também para sua saúde psíquica, pois é ela, o primeiro espaço social promotor de separação entre a criança e a família, estabelecendo um importante elo com a cultura e a sociedade, torna-se portanto o cenário de grandes aprendizados e vivências que serão levadas por toda a vida. (SAMPAIO; SAMPAIO, 2009).

A posição dos gestores é unânime neste sentido, pois todos colocam que, educação inclusiva significa atender os alunos com necessidades especiais em todos os espaços da escola possibilitando assim o acesso e a permanência na escola regular. Observou-se com estas falas que os gestores sabem da importância da inserção dos alunos com necessidades especiais, em todos os ambientes escolares, não somente na sala de aula.

É preciso que o aluno que está sendo incluído se sinta também acolhido na hora do lanche, nos espaços de lazer da escola, que encontre materiais disponíveis na biblioteca para seu aprendizado, ou seja, a escola tem que sofrer grandes mudanças para receber estes alunos e possibilitar seu aprendizado, e sua convivência com os demais colegas.

Mas, o que muitas vezes falta a educação inclusiva sair do papel e acontecer verdadeiramente no ambiente escolar, é boa vontade, principalmente por parte dos governantes, que não se preocupam com a qualidade, e com o real significado deste processo para inúmeras pessoas que vivem na marginalização por não se enquadrarem nos padrões ditados pela sociedade, e acabam passando por este mesmo processo nas escolas, por não encontrarem infraestrutura adequada para seu recebimento, bem como acompanhamento de profissionais qualificados para facilitar sua inclusão.

Segundo Mafassioli (2009), o movimento mundial em defesa da inclusão é uma ação política, social, cultural e pedagógica, que visa garantir o direito de todos os indivíduos independente de suas individualidades e dificuldades, de conviverem e aprenderem nas escolas regulares, sem que sofram nenhum tipo de discriminação.

Indo de encontro a fala da autora acima, Strieder e Zimemermann ([2011]), dizem que:

Educação inclusiva é uma ação, desejando compreender e aceitar alguém, o outro, na sua singularidade. Significa abranger e abrir os braços para acolher todos e a cada um dos alunos. A natureza da inclusão é diferente de integrar, que tem a ver com adaptar o aluno às exigências da escola; implica mudança de perspectiva educacional, uma vez que se dirige a todos os alunos. A inclusão possibilita maior equidade e abre horizontes para o desenvolvimento de sociedades inclusivas. Fazer inclusão significa desejar e realizar mudanças profundas em termos de concepções e práticas educacionais. Uma mudança capaz de criar expectativas diferentes, fundamentadas no princípio do envolvimento da coletividade.

De conformidade com a posição dos autores acima, estão os princípios inclusivistas, que estão contidos na Declaração de Salamanca (1994) e na Constituição da República Federativa do Brasil, nos quais, “entende-se por educação inclusiva a construção de uma escola para todos com oportunidades iguais e respeito à diversidade”. (BRASIL, 1988).

A colocação dos gestores é muito pertinente, pois, segundo Sage (1999, p. 129 apud Tezani [2004]), os gestores escolares são essenciais no processo de inclusão, pois são eles que têm a capacidade de liderança bem como o dever de manter a estabilidade do sistema de ensino. Pois, sabe-se que a inclusão só ocorrerá quando grandes mudanças acontecerem, nos mais variados níveis educacionais, os quais precisam estar articulados, começando pelas secretarias de educação, organização da escola, formação de professores e demais envolvidos na comunidade escolar, até os procedimentos didáticos em sala de aula. “O papel dos gestores é de importância vital em cada um destes níveis”.

Ainda de acordo com Oliveira e Martins (2011), seguindo a mesma linha de pensamento dos autores acima, construir uma escola inclusiva, que tenha qualidade social, e ao mesmo tempo atenda aos interesses e às necessidades da comunidade escolar, requer diversas mudanças, começando pela reflexão sobre o que representa efetivamente o direito à educação e sobre a percepção existente em relação à inclusão escolar de pessoas que apresentam algum tipo de deficiência. Estas reflexões podem contribuir para a construção de elementos que favoreçam um trabalho pedagógico capaz de contemplar as especificidades de cada aluno.

Neste sentido Mafassioli (2009), corrobora dizendo que, para implantar um novo paradigma educacional, a educação inclusiva, tendo-se como objetivo construir processos inclusivos que contemplem todos os alunos é necessário colocar em prática a gestão escolar democrática, a qual se faz com a participação de toda a comunidade escolar.

3.1.3.2 Inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular

Na segunda questão, perguntou-se: Como ocorre a inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular do estado, de acordo com a orientação do MEC?

Gestor 1- Através de matrículas e frequência no ensino regular, com atendimento especial dependendo do grau de deficiência, com auxílio de segundo professor se necessário.

Gestor 2- Os alunos devem ser inseridos no ensino regular, com auxílio de segundo professor, sempre que necessário.

Gestor 3- A matrícula é garantida, e todo apoio necessário a este aluno é disponibilizado pela escola, para que o mesmo seja inserido no ensino regular.

Segundo a declaração de Salamanca (1994):

As pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comuns que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades, as escolas comuns, com essa orientação integradora, representam o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade inclusiva e dar educação para todos, além disso, proporcionam uma educação efetiva à maioria das crianças e melhoram a eficiência e, certamente, a relação custo-benefício de todo o sistema educacional. (BRASIL, 2006).

Ainda conforme orientações da LDB (BRASIL, 1996), em seu Art. 58:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

Porém, para Domingos (2005), a importância que estes documentos têm, é que são garantias com força de lei, que produziram significantes resultados, mas na prática, a realidade das escolas é muito diferente, à lei existe, juntamente com às políticas públicas, que contribuem para ações padronizadoras, principalmente voltadas para a manutenção das escolas especiais, ou integração dos portadores de necessidades especiais nas escolas regulares sempre que possível.

Matiskei (2004), corrobora com este pensamento dizendo que “para cumprir esse papel com eficiência, objetivando um impacto social efetivo nos injustificáveis processos de exclusão social a que têm sido submetidos diversos grupos da sociedade civil, há necessidade de uma releitura das políticas públicas em andamento”.

A fala dos gestores vai de encontro ao pensamento do autor Domingos (2005), quando todos respondem praticamente a mesma coisa. Segundo eles as orientações do MEC, são para que seja garantida à matrícula para os alunos especiais, além da garantia de um segundo professor quando necessário para seu aprendizado, ou seja, o que a lei exige é seguido pelas escolas, mas será que isto basta que a inclusão realmente aconteça? A inclusão vai muito além de colocar o aluno com necessidades especiais junto com os demais.

Para Mantoan (1997), não se trata apenas incluir fisicamente, o que se pretende com a inclusão é criar as condições para que todos aprendam, analogamente Gil ([2012]) afirma que: mesmo que algumas pessoas com deficiência tenham condições de frequentar a escola tal como ela é hoje, e tenham o mesmo aproveitamento das demais crianças, não se pode chamar isso de educação inclusiva, para que a educação inclusiva realmente ocorra é preciso que todas as crianças tenham a mesma oportunidade de acesso, de permanência e de aproveitamento na escola, independentemente de qualquer característica peculiar que apresentem ou não.

Nota-se que houve um grande avanço segundo Ploennes (2012), na última década, em relação inclusão das crianças com deficiência em escolas de ensino regular. Entre 1998 e 2010, o aumento no número de alunos especiais matriculados em escolas comuns foi de 1.000%. Em 1998, dos 337,3 mil alunos contabilizados em educação especial, apenas 43,9 mil (ou 13%) estavam matriculados em escolas regulares ou classes comuns.

Estes dados demonstram que a lei está sendo seguida, pois o número de matrículas subiu muito, mas sabe-se que isto não basta para garantir a inclusão. Para, Mantoan (2003), é preciso que todos os envolvidos neste processo sejam capazes de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes acolhendo todas, sem exceção, construindo assim diferentes maneiras de interagir com o outro, somente assim poderemos falar que a inclusão está realmente acontecendo.

3.1.3.3 Ações da secretaria de educação para inclusão

No decorrer do questionário perguntou-se: Quais as ações da Secretaria de Educação do Estado no sentido de criar condições e promover a inclusão?

Gestor 1- Através de alguns cursos e algumas orientações que são passadas através de documentos.

Gestor 2- Para os professores são disponibilizadas palestras e cursos.

Gestor 3- Cursos e materiais.

Conforme Sant 'Ana, (2005, p.228), para que seja consolidada a proposta de educação inclusiva, é necessário que todos os membros da equipe escolar estejam engajados no planejamento dos programas a serem implementados. Desta maneira, não basta apenas políticas públicas, ou a boa vontade dos gestores e o esforço dos professores, mas é necessário que todos trabalhem e estejam preparados para atender os alunos que estão sendo incluídos. “Docentes, diretores e funcionários apresentam papéis específicos, mas precisam agir coletivamente para que a inclusão escolar seja efetivada nas escolas”.

Porém geralmente o desejo de muitos gestores, educadores, alunos e pais para com a educação não é correspondido pela proposta dos governos, os quais geralmente imprimem a direção desejada sem contextualização da prática e das vivências que existem no atual paradigma educacional. (BARRETTA; CANAN, 2012). A partir do processo de democratização da educação, se evidencia o paradoxo inclusão/exclusão, quando os sistemas de ensino garantem o acesso, porém continuam excluindo indivíduos e grupos que são considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola naturalizando assim o fracasso escolar. (MAFASSIOLI, 2009).

Analisando as respostas dos gestores, observa-se que é realmente isto que ocorre nas escolas, o acesso é garantido por lei, mas as ações voltadas para promover e criar condições favoráveis à inclusão são poucas, segundo eles a secretaria de educação oferece poucos cursos, e poucos materiais são disponibilizados aos professores. Somente essas ações foram citadas pelos gestores, demonstrando assim que as secretarias de educação não dão muito suporte as escolas, para efetivar a educação inclusiva. Em concordância com a fala dos gestores, segundo Maciel (2000), o plano de governo, prevê programas, propostas, projetos, leis e decretos com lindas e sonoras siglas, mas que na maioria das vezes não saem do papel.

Paulo Freire em “Pedagogia do Oprimido” (1987), “toda ação educativa somente será válida se precedida de reflexões sobre o ser humano, que se deseja educar, e seu ambiente de inserção, então não bastam documentos, propostas, metas ente outros, mas são necessárias ações e reflexões acerca do processo de inclusão”.

É notório que a sociedade está passando por um momento de grandes mudanças na educação, porém, não se trata de melhorar ou reformar o que existe, mas sim de um processo de transformação, que exige novas práticas, recriar conceitos e ações que possam contribuir para a inclusão. Desta forma, as mudanças que ocorrem na escola, certamente irão favorecer as mudanças nas relações sociais. (WITTMANN, 2000).

Essas novas preocupações implicam, entre outras coisas, a proposta de rearticular o sistema educativo com os sistemas político e produtivo. A globalização dos mercados e o desenvolvimento de novas tecnologias criaram a necessidade de dar um novo significado à organização escolar para que a escola seja eficiente e democrática no processo de formação do novo cidadão, o cidadão da era globalizada, mas além disso o cidadão que é humano e sabe viver com as diferenças nas suas mais diversas formas. (KRAWCZYK, 1999).

3.1.3.4 Formação dos professores para a inclusão

A outra pergunta feita aos gestores foi: São oferecidos cursos aos professores, no sentido de prepará-los para a inclusão de alunos com necessidades especiais?

Gestor 1- Sim, mas poucos, geralmente os professores buscam por conta própria.

Gestor 2- Geralmente os professores buscam se aperfeiçoar por conta própria, pois poucos cursos são ofertados pela secretaria de educação.

Gestor 3- A direção sempre procura auxiliar os professores em busca de resolver os problemas do dia a dia, e geralmente os cursos, são os próprios professores que buscam.

Observou-se que os discursos dos gestores apontam na mesma direção, a falta de apoio tanto pedagógico quanto por parte do governo para a capacitação dos professores, fica evidente que, a maioria dos professores tem que buscar cursos por conta própria, pois poucos são oferecidos pelo governo. Destaca-se em uma das falas também, que a direção procura auxiliar os profissionais nos problemas que surgem no dia a dia, por se tratar de uma realidade recente para as escolas, é no cotidiano escolar que vão surgindo os desafios para alcançar o sucesso neste novo processo.

Em conversa paralela com os gestores, os mesmos falaram que a grande maioria dos professores que estão trabalhando com alunos com necessidades especiais, mais especificamente como segundo professor, não possuem formação ou especialização na área, e estes dados se confirmam nas entrevistas realizadas com os professores, as quais serão apresentadas posteriormente. Segundo os gestores geralmente os professores que trabalham educação inclusiva são formados em outras áreas, e acabam trabalhando com alunos especiais por falta de profissionais capacitados, ou porque não conseguem aulas em suas disciplinas específicas e acabam assumindo esta responsabilidade, o que muitas vezes torna o trabalho não qualificado, e desta maneira dificulta ainda mais o processo de inclusão.

Sabe-se que um dos principais desafios enfrentados para que a educação inclusiva aconteça, diz respeito aos professores tanto os que já atuam no sistema escolar, quantos àqueles que estão se preparando para isto, o professor precisaria reinventar seu modo de intervenção pedagógica ou adequar suas práticas de ensino para atingir de maneira peculiar a maneira de aprender de cada aluno, sempre respeitando as peculiaridades de cada um. (LEÃO, 2004).

Pois, é sabido que o professor é um elemento chave no processo de inclusão, por isso é importante que os mesmos estejam preparados para receber os alunos com necessidades especiais, e para que isso aconteça, é necessário formação constante e adequada dos mesmos, e esta formação deveria ser incentivada e oferecida pelo governo, para efetivar a educação inclusiva.

Na LDB (BRASIL, 1996), tivemos a regulamentação da formação dos professores com indicações para a sua formação inicial (Art. 62) e continuada (Arts. 1, 67, 80, 87) e, especificamente ao atendimento às pessoas com deficiência, ao indicar para a necessidade de "professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns". (Art. 59).

Nota-se que a legislação é clara e destaca a importância da formação dos professores, os quais devem ser capacitados a promover a inclusão nas escolas regulares, mas a realidade infelizmente é outra, como mostrou a pesquisa. O que encontramos nas escolas são poucos professores especializados ou com formação específica para a área, e por outro lado despreparo dos professores da classe regular para lidar com estes alunos que estão sendo incluídos. Para Batista (2006), os professores que vão atuar no ensino educacional especial, devem ter além da formação básica em Pedagogia, uma formação na área específica conforme a deficiência a que se propõe a atender, e deve trabalhar de forma articulada com o professor regente da classe regular, garantindo assim o sucesso escolar de todos os alunos.

3.1.3.5 Mudanças no cotidiano escolar para inclusão

Perguntou-se aos gestores: Quais aspectos você destacaria em termos de mudança no cotidiano da escola e mais especificamente da sala de aula em uma proposta de educação inclusiva?

Gestor 1- A grande mudança que pode ser observada nos últimos anos, foi a presença do segundo professor dentro das salas de aula.

Gestor 2- Acredito que o segundo professor é muito importante na sala de aula, porém mesmo com a presença deste os alunos “normais” saem perdendo, pois o professor precisa atender o aluno especial mesmo com o segundo professor em sala, e assim deixa de trabalhar e dar atenção aos demais.

Gestor 3- Ocorreu uma maior valorização destes portadores de necessidades especiais, os mesmos são mais aceitos pelos demais alunos.

Diante da fala dos gestores, nota-se que a principal mudança que ocorreu na sala de aula, é a presença do segundo professor acompanhando o aluno com necessidades especiais, um dos gestores citou que: sem este, o aluno que está sendo incluído poderia passar por um processo de exclusão, pois precisaria de mais atenção do professor, e isto poderia dificultar o andamento da aula, e conseqüentemente provocar um sentimento negativo perante ao aluno incluído por parte dos demais alunos, e até mesmo por parte dos pais destes.

O que observa-se é que as instituições escolares ainda estão se adaptando para o recebimento dos alunos com necessidades especiais, e há muitas dúvidas e incertezas que acabam gerando angústia em muitos professores e até mesmo nos gestores, os professores muitas vezes se sentem incapacitados para atender estes alunos, pois, ainda existem muitas contradições e ambigüidades que permeiam esta modalidade de educação. (MASIERO, 2009).

A sala de aula deve ser vista como um local privilegiado do ponto de vista das relações que se estabelecem entre aluno e aluno, aluno e professor e destes com o conhecimento, (DELIZOICOV, ANGOTI, PERNAMBUCO, p.177, 2002). Ainda segundo Batista (2006), a escola tem a tarefa de ensinar os alunos a compartilharem o saber, os sentidos diferentes das coisas, as emoções, a discutir, a trocar pontos de vista. É na escola que desenvolvemos o espírito crítico, a observação e o reconhecimento do outro em todas as suas dimensões.

Para incluir, um aluno com características diferenciadas numa turma dita comum, é preciso criar mecanismos que permitam, com sucesso, que ele se integre educacional, social e emocionalmente com seus colegas e professores e com os objetos do conhecimento e da cultura, sabe-se que é uma tarefa muito complexa, sem dúvida, mas necessária e possível. (REIS, ROOS, [2012]).

Sendo assim, a presença do segundo professor é essencial neste processo, mas é importante ressaltar a importância da formação adequada destes profissionais, pois caso contrário, muitas vezes o processo pode ser prejudicado por falta de preparação dos mesmos em lidar com situações adversas ao cotidiano das turmas regulares, saber tratar o aluno incluído com respeito, conhecer a sua deficiência bem como suas limitações, é de extrema importância, isto pode contribuir positivamente para a inclusão.

3.1.3.6 Adaptações estruturais na escola

Quais as adaptações realizadas na escola para receber estes alunos?

Gestor 1, 2 e 3- Foram instaladas rampas, salas especiais para atendimento de DA, DV, deficiência mental, materiais adaptados, mas poucos são recebidos do MEC, banheiros adaptados, bebedouro especial.

Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, acessível é “o espaço, edificação, mobiliário ou elemento que possa ser alcançado, visitado e utilizado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com deficiência”. O termo acessível implica tanto em acessibilidade física como de comunicação. (ABNT, 2012).

Segundo MEC (2007), cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de libras e guia intérprete, bem como de monitor ou cuidador dos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar.

Observou-se, e a fala dos gestores também corrobora para a realidade de que, a escola passou por várias adaptações para receber os alunos com necessidades especiais, rampas de acesso, um banheiro masculino e um feminino foram adaptados para receber cadeirantes, existe uma sala de recursos, a qual recebe alunos de toda região, além do acompanhamento do segundo professor, que é garantido a todos os alunos com necessidades especiais que frequentam a escola. Porém em relação aos materiais adaptados, os gestores colocaram que o governo disponibiliza poucos aos professores e alunos, e os que estão disponíveis na escola foram adquiridos com recursos da APP (associação de pais e professores), para facilitar e possibilitar o aprendizado destes alunos.

Mais uma vez fica claro que não bastam políticas públicas para a inclusão, se não são oferecidos os meios de efetivar tal processo, não adianta inserir o aluno na escola regular e não lhe proporcionar um ensino adequado as suas necessidades.

Conforme Carneiro (2007, p.146)

É importante ressaltar que não existem receitas prontas para atender a cada necessidade educacional de alunos com deficiência que a natureza é capaz de produzir. Existem milhares de crianças e adolescentes cujas necessidades são quase únicas no mundo todo. E espera-se que a escola, ao abrir as portas para tais alunos, informe-se e oriente-se com profissionais da educação e da saúde sobre as

especificidades e instrumentos adequados para que aquele aluno encontre ali um ambiente adequado, sem discriminações e que lhe proporcione o maior e melhor aprendizado possível.

Segundo Camisão ([2012]), no ambiente escolar em especial, um meio físico acessível pode ser extremamente libertador e pode transformar a possibilidade de integração entre as crianças e o seu desempenho. Pois os ambientes inacessíveis dificultam e de certa forma podem até excluir o aluno devido as dificuldades que geram para este. É preciso que a infraestrutura da escola seja coerente com os princípios de inclusão, pois, o meio pode reforçar uma deficiência valorizando um impedimento ou torná-la sem importância naquele contexto, por isso, é importante que o ambiente escolar esteja adaptado para receber todos os tipos de deficiências, facilitando assim o convívio do incluído com os demais alunos, e possibilitando um aprendizado adequado.

Indo de encontro com que o autor acima afirma, está o pensamento de Sá (2005) o qual afirma que a escola inclusiva exige novas estruturas e novas competências, mudanças significativas no sistema escolar e a construção de novas perspectivas, constitui-se como uma escola que se abre ao universo das possibilidades humanas, educação especial é a educação que legitima esquemas, espaços e dimensões do conhecimento e dos direitos humanos sem atributos restritivos.

Da mesma forma segundo Bersch (2006), a inclusão traz consigo o desafio de não só acolhermos os alunos com deficiência, mas de garantirmos condições de acesso e de aprendizagem, em todos os espaços, programas e atividades do cotidiano escolar. Por isso, é importante que a escola esteja preparada também fisicamente para receber estes alunos, possibilitando o livre acesso e locomoção destes por todos os ambientes escolares, fazendo com que os mesmos se sintam acolhidos e seguros, garantindo assim o seu direito de exercer sua plena cidadania.

Nesta perspectiva a sala de aula e a escola passa a ser espaço de trocas reais entre os alunos e entre eles e o professor, onde o diálogo que é construído entre o conhecimentos sobre o mundo onde se vive e que, ao ser um projeto coletivo, estabelece a mediação entre as demandas afetivas e cognitivas de cada um dos participantes. (DELIZOICOV, ANGOTTI, PERNANBUCO, 2002).

3.1.3.7 Como os professores agem perante a inclusão

Existe resistência por parte dos professores em incluir estes alunos?

Gestor 1- Sim, ocorre muita resistência, principalmente por falta de preparo dos mesmos, pois se trata de uma questão recente.

Gestor 2- Geralmente a resistência ocorre pelo medo que os professores têm de lidar com estes alunos e com os diversos tipos de deficiências, pois os mesmos não são preparados nos cursos de licenciatura, e precisam buscar este conhecimento em especializações.

Gestor 3- A resistência geralmente ocorre pela falta de conhecimento, os professores ficam preocupados, pois não sabem como lidar com estes alunos.

A resposta a esta questão mostra novamente segundo os gestores que os docentes não estão preparados para esta nova realidade escolar, por ser uma exigência recente da lei, os cursos de licenciatura estão se adaptando e incluindo disciplinas nos currículos, e os professores já formados sentem muito dificuldade de trabalhar com os alunos especiais, nota-se que a resistência é por medo mesmo, medo de não saber o que fazer diante dos demais alunos, medo de errar, medo de não dar conta, entre outros.

Segundo Maciel (2000), a integração professor-aluno só ocorre quando o preconceito é deixado de lado, e o professor favorece o contínuo desenvolvimento dos alunos com necessidades educativas especiais. Sabe-se e é preciso entender que não se trata de uma tarefa fácil, mas sim possível, e quando ocorre estas trocas de experiências se tornam inesquecíveis para ambos.

O educador pode em certos momentos se sentir impotente para solucionar problemas que surjam no cotidiano escolar inclusivo, pois sabe-se que há o período da negação do aluno para não reconhecer sua impotência e falta de estudos acerca do que se pretende ensinar, negação dos demais alunos perante o aluno incluído, e despreparo, pois não lhe é atribuído nos cursos de licenciaturas devido suas matrizes e ementas que até então, não sofreram mudanças e avaliações para perspectiva da formação inclusiva. (GOMES, 2012).

Mas a escola é feita por pessoas humanas e principalmente os professores que a vivenciam são a mola mestra das transformações. (SANTOS, 2006). Além disso, para Souza et al, ([2012]), uma das maneiras para que a inclusão educacional ocorra de maneira satisfatória, é o professor tentar ser criativo, além de estar em constante busca de conhecimentos, onde possa encontrar recursos para atender as diferentes necessidades que advém da diversidade de pessoas inseridas numa sala de aula, porque nem sempre é possível atender as especificidades inerentes a cada aluno seja ele com ou sem deficiência.

Visto que, cabe ao professor a tarefa de mediar, oportunizar, desafiar os alunos, e para tal poderá utilizar técnicas de construção de conhecimento, mas para isso, precisa saber fazer intervenções pedagógicas coerentes e consistentes aos processos em movimento necessárias e das características existentes. (SANTOS, 2006).

3.1.3.8 Sujeitos da educação inclusiva

Quem são os sujeitos da educação inclusiva?

Gestor 1- Sujeito que se adapta a escola e condições de interagir e conviver com os demais.

Gestor 2- Todos os envolvidos no ambiente escolar.

Gestor 3- Todos os que participam de maneira direta ou indireta do processo educativo.

Para Mantoan (2006), “é inegável que, por estarem pautadas para atender a um aluno idealizado e ensinando a partir de um projeto escolar elitista, meritocrático e homogeneizador, nossas escolas produzem quadros de exclusão que têm, injustamente, prejudicado a trajetória educacional de muitos estudantes”.

A inclusão não atende apenas as crianças com deficiência mas também as excluídas ou discriminadas. (NOVA ESCOLA, 2012). Segundo recomendações do MEC (2007), “a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação”.

Concordando com o autor citado acima Figueiredo (2008), afirma que para se tornar inclusiva a escola deve acolher todos os seus alunos, independentemente de suas condições sociais, emocionais, físicas, intelectuais, linguísticas, entre outras. Seu princípio básico deve ser o de desenvolver uma pedagogia capaz de educar e incluir todos, não somente aqueles com necessidades educacionais especiais, mas também os que apresentam dificuldades temporárias ou permanentes na escola, pois a inclusão não se aplica apenas aos alunos que portam algum tipo de deficiência.

E a fala dos gestores vai de encontro ao pensamento destes autores, dois gestores disseram que os sujeitos incluídos são todos os envolvidos no processo educativo, e um deles diz que é o sujeito que se adapta a escola, e tem condições de interagir com os demais colegas.

Em momento algum foi citado pelos gestores o termo portadores de necessidades especiais para definir os sujeitos da educação inclusiva.

Fica claro portanto, tanto para os gestores quanto para os autores citados acima, a importância da participação de toda comunidade escolar no processo de inclusão, não basta políticas públicas, ou boa vontade de gestores e professores, é necessário que todos estejam conscientes e motivados a participar deste processo. Deste modo através da união de todos que participam deste meio, direção, corpo docente, alunos, pais, buscam construir uma escola na linguagem de Teresa Cristina Rego:

Uma escola em que as pessoas possam dialogar, duvidar, discutir, questionar e compartilhar saberes. Onde há espaço para transformações, para as diferenças, para o erro, para as contradições, para a colaboração mútua e para a criatividade. Uma escola em que professores e alunos tenham autonomia, possam pensar refletir, sobre o seu próprio processo de construção de conhecimentos e ter acesso a novas informações. (REGO, p.33,1997).

Além das questões direcionadas aos gestores, foram feitas questões para os professores que trabalham educação especial na escola pesquisada, totalizando um número de cinco professores, os quais serão ao longo do texto identificados por P1, P2, P3, P4 e P5.

3.1.4 Questionário aos professores

3.1.4.1 Tempo de trabalho dos professores na escola pesquisada

A primeira questão indagava há quanto tempo cada profissional trabalha na instituição?

Os dados demonstraram que os profissionais não possuem vínculo a muito tempo com a escola, apenas uma das professoras trabalha a mais de cinco anos na mesma, os demais disseram estar a menos de dois anos na instituição. Talvez isto ocorra devido ao processo seletivo que é realizado todos os anos pelo estado, onde são contratados professores temporários, os quais exercem suas atividades durante o ano letivo e depois são dispensados, pois a professora que possui vínculo a mais de cinco anos com a escola, é a única efetiva dentre os profissionais pesquisados.

3.1.4.2 Formação didática dos professores

Quando questionados sobre sua formação didática, as respostas demonstram dados preocupantes e que chama a atenção, em relação a formação dos profissionais que trabalham inclusão nas salas de aula. Dentre estes, apenas uma das professoras possui formação em educação especial, a mesma que está a mais de cinco anos na escola, esta trabalha na sala de recursos, os demais trabalham como segundo professores, destes, três possuem apenas licenciatura em pedagogia, e um possui licenciatura em educação física. Com isto nota-se o frágil cenário da inclusão que está presente na realidade escolar, profissionais despreparados para trabalhar com os alunos especiais, os quais muitas vezes aceitam trabalhar com inclusão, pois não conseguem aulas em suas áreas específicas.

Observa-se com isso que a realidade vivenciada na escola vai contra o que preconiza LDB (1996), em seu Art. 59, a qual reconhece a importância de se formar professores especializados para atender pessoas com necessidades especiais, sob quaisquer modalidades de ensino: “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração [leia-se, inclusão] desses educandos nas classes comuns” ...

Na visão de Silva e Reis (2011), o professor é um agente fundamental neste processo de inclusão. Ainda segundo Nascimento (2009), na medida em que os alunos com necessidades especiais vão sendo incluídos nas escolas regulares, é importante que educadores estejam habilitados e preparados para atuar de forma competente junto a estes.

Mas para isto, eles precisam receber apoio e estar preparados para lidar com esta nova realidade escolar, para tanto, faz-se necessário, conforme aborda a Declaração de Salamanca (1994, p. 27) “a preparação de todo o pessoal que constitui a educação, como fator chave para a promoção e progresso das escolas inclusivas”.

Como afirma Mantoan (2002,p.18-21) "a inclusão escolar pegou a escola de calças curtas", a afirmação da pesquisadora vai de encontro aos dados adquiridos na pesquisa, pois as escolas ainda não estão preparadas para desempenhar funções que até agora eram desconhecidas e dispensáveis aos educadores e gestores mediante a diversidade das necessidades educacionais especiais.

Fica claro então que os professores devem ter formação adequada para trabalhar com os alunos com deficiências, para isto é fundamental capacitação, mas além disso é importante

também que os professores das classes comuns estejam abertos para aceitar estas diferenças, para isto precisam rever suas concepções e seus objetivos de ensino, qualificando assim o atendimento das necessidades de todas as crianças, com ou sem deficiência. (NASCIMENTO, 2009).

Porém o que se constatou com a pesquisa é que a maioria dos profissionais não tem nenhum preparo específico para trabalhar com os alunos, que estão sendo incluídos, mas acabam trabalhando nesta área por falta de opção e necessidade. Fica claro então que ao abraçar como profissão o ato de ensinar é necessário estar disposto o suficiente para aceitar e compreender os obstáculos a serem enfrentados ao longo da carreira de educador. (SILVA, 2009).

Pois, em meio às leis, as normas, as declarações que propõem a inclusão do aluno com deficiência, está o professor que deverá intermediar, que será a ponte e terá sua parcela de responsabilidade sobre o sucesso ou não deste processo inclusivo. (COSTA, 2007).

Assim, é inegável a urgência de mudanças em toda a estrutura pedagógica, pois poucas são as instituições de ensino, na área de formação superior que mudaram suas ementas dos cursos de licenciatura, na perspectiva da formação inclusiva. (GOMES, 2012). Outrossim, o atual e grande desafio posto para os cursos de formação de professores é o de produzir conhecimentos que possam desencadear novas atitudes que permitam a compreensão de situações complexas de ensino, para que os professores possam desempenhar de maneira responsável e satisfatória seu papel de ensinar e aprender para a diversidade. (PLETSCH, 2009)

Desta maneira, não se pode atribuir ao professor o papel de vilão do processo inclusivo, são necessárias ações em todos os setores educacionais, para que a inclusão seja realmente realizada no ambiente escolar.

3.1.4.3 O que é educação inclusiva

Na sequência do questionário os professores foram indagados sobre, o que é educação inclusiva no entendimento deles? O reconhecimento dos benefícios da escola inclusiva para a criança com deficiência em termo de socialização e autonomia é quase uma unanimidade nos relatos: A resposta do P1 foi *“a educação inclusiva é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes (principalmente com necessidades especiais) na escola, respeitando e valorizando a diversidade humana”*.

Indo de encontro a fala deste professor, Strieder e Zimmermann ([2011]), afirmam que, “educação inclusiva é uma ação, desejando compreender e aceitar alguém, o outro, na sua singularidade. Significa abranger e abrir os braços para acolher todos e a cada um dos alunos, tendo eles alguma deficiência ou não, todos devem ser tratados igualmente.

Para (SOUZA, [2012]), “no contexto da inclusão educacional de crianças com necessidades especiais é fundamental que a criança seja vista como criança, não lhe negando sua diferença ou característica orgânica, mas nunca se deve supervalorizar esse fator e resumir uma ação a uma única característica, principalmente aquele que deprecia uma pessoa ao diferenciá-la diante das demais”.

Para o P2, *“educação inclusiva é quando todas as crianças com deficiências tem o direito de ter um ambiente adequado e bons profissionais”*.

Observa-se na fala deste professor que ele atribui a inclusão somente as crianças com deficiências. Porém, segundo MEC (2006), a expressão necessidades educacionais especiais pode ser utilizada para referir-se a crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua elevada capacidade ou de suas dificuldades para aprender. Desta maneira, as dificuldades de aprendizagem, não estão necessariamente vinculadas a algum tipo de deficiência. (MEC, 2006).

Já para o P3 *“É onde o aluno está inserido em todas as atividades escolares”*.

O professor P4 afirma que, significa, *“oportunizar aos portadores de necessidades especiais a estudar com os alunos ditos “normais”, os mesmos conteúdos mas em uma forma diferente de estudar.”*

Na fala da professora P5, *“a palavra já diz incluir. Em primeiro lugar a igualdade quanto a socialização, participação no coletivo respeitando o seu potencial, inserindo no processo de aprendizagem. Oportunizá-lo ao acesso as tecnologias, criando alternativas, adaptações e condições de ser visto como cidadão...”*

Estes depoimentos apontam para uma compreensão de educação que valoriza a socialização dos alunos especiais, nos mais diversos ambientes da escola, possibilitando a estes o mesmo aprendizado que os demais alunos das classes regulares. A fala da professora P5, a única que possui formação em educação especial, enfatiza a importância da socialização destes alunos para que os mesmos possam ser vistos como cidadãos.

Esta fala confirma o que a autora Nascimento (2009), aponta sobre o acesso dos alunos a cidadania, para a autora a escola é para muitos alunos e especialmente aos alunos especiais a única possibilidade de receber conhecimentos, informações e noções básicas necessárias para a convivência em sociedade, são jovens com poucas oportunidades de ensino, e isso de certa forma aumenta a responsabilidade dos professores.

Outrossim, a educação, em suas inúmeras dimensões, é portadora das melhores e maiores esperanças para realizar a dignidade humana. Em suas mãos está a chancela de um mundo melhor, um mundo que compreende, aceita e ama o outro em suas diferenças, um mundo capaz de solidariedade e sensibilidade humana. (STRIEDER, 2012).

3.1.4.4 Tipos de deficiência que podem ser atendidas nas escola regulares na opinião dos professores

A outra questão feita aos professores pedia se eles acreditavam que todos os tipos de deficiências podiam ser atendidas na escola regular. Constatou-se que a maioria deles, mais especificamente três dos pesquisados, respondeu que não:

“Em minha visão não há como a escola regular acompanhar alunos com deficiência mental acima do moderado, necessitando atendimento especializado na APAE.”

“Por que a escola não possui uma estrutura e materiais adequados para trabalhar com algumas deficiências.”

“Por que as escolas não estão preparadas tais como: acessibilidade, necessidade de profissionais qualificados para atender esta clientela, por sua vez esses exigem mais atenção no tocante a dependência, material alternativo...”

Nota-se que a maior dificuldade citada por estes professores, os quais acreditam que nem todas as deficiências podem ser atendidas na escola regular, diz respeito à infraestrutura das escolas, segundo eles as escolas não estão preparadas para receber todos os tipos de deficiências. Uma fala chama a atenção, quando o professor coloca que alunos com deficiência mental acima do moderado, deveriam ser atendidos nas APAES.

Este posicionamento vai de encontro ao que Batista e Mantoan (2007), afirmam, “a deficiência mental desafia a escola comum no seu objetivo de ensinar, de levar o aluno a aprender o conteúdo curricular, construindo o conhecimento. O aluno com essa deficiência tem uma maneira própria de lidar com o saber, que não corresponde ao que a escola preconiza”.

Ainda segundo as mesmas autora citadas acima, o aluno com deficiência mental têm dificuldade de construir conhecimento como os demais e de demonstrar a sua capacidade cognitiva, isto ocorre principalmente nas escolas que mantêm como modelo de ensino, a educação conservadora e na qual a gestão ainda é centralizadora.

Para Omote (2004) o ato de incluir não é uma tarefa fácil, pois este gera muitos medos, indagações, questionamentos, e até mesmo negação, pois o conceito de inclusão é muito recente em nossa sociedade. E tudo que é novo e desconhecido tende a gerar sentimentos opostos, alguns criticam e outros são adeptos deste processo, mas a inclusão escolar é fato e o reconhecimento e a valorização das diferenças precisam fazer parte da realidade escolar.

Dois dos professores pesquisados responderam que todos os tipos de deficiência podem, na opinião deles ser atendidas nas escolas regulares:

“Quando a escola possui todas as condições de receber e atender com qualidade a inclusão dos alunos”.

“Sim todos têm direitos, são seres que precisam de amor e carinho, que de alguma forma adquirir seu aprendizado dentro de suas limitações”.

Um dos professores coloca que, se a escola possuir condições de incluir estes alunos, poderá receber qualquer tipo de deficiência, na fala do outro professor nota-se a preocupação em relação, a como este aluno deve ser recebido na escola, com amor, carinho, onde deve-se respeitar suas limitações, mas não negar-lhe o direito a educação.

Segundo a Declaração de Salamanca um dos principais documentos mundiais que visam a inclusão social, orienta que as escolas se ajustem às necessidades de todos os alunos. “As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras”. (UNESCO, 1994).

3.1.4.5 Educação inclusiva ou exclusiva

Desta maneira a última questão buscou a opinião dos professores sobre o pressuposto que a educação inclusiva se dá de forma exclusiva, como eles veem esta questão:

“A inclusão abriu esta porta a esses alunos que ficavam em casa, excluídos da sociedade. Hoje vão para a escola, trabalham e fazem parte do convívio social como cidadão, com direito a se profissionalizar e estudar cada dia ultrapassar suas limitações”.

“Hoje já mudou muito a forma de visão da sociedade em relação as pessoas com deficiência, pois já estão sendo inseridas no mercado de trabalho mas sempre respeitando suas limitações. Mas ainda são excluídas em alguns casos na escola regular, pois esses alunos precisam de mais atenção, materiais pedagógicos e estrutura escolar, além de cursos de capacitação aos professores”.

Sob o mesmo ponto de vista nota-se a fala de dois professores, os quais destacam a importância da inclusão para a inserção dos portadores de necessidades especiais no mercado de trabalho, ficou evidente na fala deles a importância da escola neste processo, auxiliando-os a vencer suas limitações e fazer parte do convívio social. Mas, um desses professores também coloca que , ainda existe exclusão quando não é ofertado na escola, materiais, infraestrutura, e profissionais capacitados para receber estes alunos.

Assim, a inclusão escolar só será viável se o professor e toda a comunidade escolar mudarem seu jeito de lidar com a diferença, partindo de uma mudança interior, na qual a aceitação de formas relacionais a afetividade, de escuta e de compreensão, sejam maiores que os juízos de valores como pena, repulsa e descrença. (STRIEDER, ZIMMERMANN, [2011]).

Além disso, é preciso apostar em práticas que sejam transformadoras e que consigam mudar as relações entre professores e alunos, entre alunos e alunos, uma vez que, educar é um “processo em que a criança ou o adulto convive com o outro e, ao conviver com o outro, transforma-se espontaneamente, de maneira que seu modo de vida se faz progressivamente mais congruente com o do outro no espaço de convivência”. (MATURANA, 1999, p. 29).

Assim, para conseguir organizar situações de ensino, bem como todo o ambiente escolar, visando o acesso a todas as oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela instituição escolar, os professores e demais envolvidos na comunidade escolar devem ter consciência de que o ensino tradicional deverá ser substituído por uma pedagogia de atenção à diversidade. (FIGUEIREDO, 2008).

As demais falas, chamam a atenção por destacarem o descaso por parte dos governantes em relação a inclusão na escolar regular. Especialmente a fala de uma das professora quando ela diz que quem criou a inclusão não está preocupado com o aprendizado e sim em colocar mais um em sala de aula, não respeitando suas limitações, tal qual, com a mesma opinião o outro professor cita que, é mais um aluno na sala de aula, e às vezes, não há profissionais capacitados para trabalhar com ele:

“Atualmente percebe-se que a inclusão está acontecendo de forma que o aluno não é atendido e trabalhado na sua complexidade e integridade. É mais um aluno na sala de aula, e às vezes, não há profissionais capacitados para trabalhar com ele. Não existem materiais adaptados a necessidade do aluno e infraestrutura escolar é precária. A sociabilidade é conturbada, pois os educandos e professores ainda se assustam com a diferença do ser e viver do aluno especial”.

“Vejo que quem criou a inclusão não está preocupado com o aprendizado e sim mais um em sala de aula, não respeitando suas limitações. Escolas despreparadas para atender essa

diversidade. A educação diz é direito de todos, podemos falar em qualidade, sem preconceitos, por que esses alunos socialmente são fragilizados. Para que essa inclusão aconteça tem que haver mudanças por meio de políticas públicas e transformações no sistema educacional”.

O que constata-se com estes depoimento é que as escolas estão apenas recebendo alunos com necessidades especiais, obedecendo à Lei n°. 9.394/96 (LDB, art. 4º, III) que estabelece que o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência deve ser realizado, preferencialmente, na rede regular de ensino. (BRASIL, 1996). Mas o suporte garantido nesta lei, nem sempre é oferecido, fragilizando assim o processo de inclusão.

Pois, sabe-se que para que a inclusão ocorra, é preciso que a escola passe por grandes mudanças, começando por desconstruir práticas de segregação, abandonando toda forma de discriminação contra pessoas com deficiência ou contra qualquer outro aluno, pois cada indivíduo é único, e é isto que enriquece as relações que se estabelecem no ambiente escolar. Trocas de saberes e experiências são necessárias na busca do crescimento de todos os envolvidos no processo educacional.

Outra questão que é destacada na fala destes professores é a relação aluno professor, segundo a fala de um deles, *“a sociabilidade é conturbada, pois os educandos e professores ainda se assustam com a diferença do ser e viver do aluno especial”.*

Em concordância a este fala, Mantoan (2006) afirma que: *“o preconceito que se cria no ambiente escolar, muitas vezes se justifica pelas práticas de distanciamento dessas pessoas, devido às suas características que passam a ser o alvo de nosso descrédito, e isso pode reduzir as oportunidades das mesmas se conhecerem e trocarem experiências enriquecedoras”.*

Ainda segundo Luckesi (2003, p. 38), um exercício de dignidade humana é *“acolher o educando [...] Sem acolhimento, temos a recusa. A recusa significa a impossibilidade de estabelecer vínculo de trabalho educativo com quem está sendo recusado”.* Dignidade significa postura de e em vida, ou ainda transformar a compostura em convivência. É desejar oferecer ambientes de aprendizagem nos quais a responsabilidade fará realizar tarefas, não somente pela obrigatoriedade, mas por que motivadas a se sentirem bem com aquilo que fazem.

A fala de outro professor, traz à tona outro grande desafio para educação inclusiva, que é a aceitação da família em matricular estes alunos nas escolas regulares, ainda existem muitos pais, que não acreditam que seus filhos, que possuem alguma deficiência, possam frequentar as escolas comuns.

“Antigamente a tendência da educação era exclusiva devido a vergonha dos próprios familiares a aceitarem e mostrarem os filhos especiais a sociedade. Atualmente a sociedade

está acostumada com as pessoas especiais pela sua quantidade. Tanto que hoje são aceitos na escola regular”.

Nos questionamentos sobre a possibilidade de inclusão escolar dos portadores de necessidades especiais, ainda existem no imaginário social e individual dos profissionais da educação, mas também dos familiares dessas crianças, desconhecimento e dúvidas que culminam em incertezas sobre os benefícios e as possibilidades da inclusão. (SILVEIRA, NEVES, 2006)

Segundo Mantoan (2002) os pais de crianças com deficiência e os educadores deveriam lutar contra todas as formas de discriminação, mas, no entanto, o que muitos ainda fazem, é batalhar para que a exclusão se mantenha e as escolas especiais sejam consideradas escolas de Ensino Fundamental.

Isto talvez ocorra por medo, principalmente dos pais, os quais acham que os filhos poderão sofrer algum tipo de violência física ou mental, na escola regular, e muitos ainda tem vergonha dos filhos, e acabam criando um mundinho particular nas suas casas, para esconder essas crianças.

É neste sentido que a escola assume uma função essencial na vida de muitas crianças com necessidades especiais, a possibilidade de viver em sociedade, de serem vistos, respeitados, e amados pelos demais. Neste sentido segundo MEC (2006), a educação inclusiva deve possibilitar a dignidade de cada um, e desta maneira possibilitar avanços para uma sociedade mais humana, enraizada no acolhimento e aceitação do outro ignorado e marginalizado. A escola, nesse contexto, busca consolidar o respeito às diferenças, conquanto não elogie a desigualdade. As diferenças vistas, não como obstáculos para o cumprimento da ação educativa, mas, podendo e devendo ser fatores de enriquecimento.

Em consonância com Mittler (2003) quando diz que a educação inclusiva deve ser um ambiente que aceite as minorias sociais, independente de sua cor, classe, gênero, etnia ou limitações individuais, e deve atender ao princípio de aceitação das diferenças. Os alunos com necessidades especiais tem o direito de ser igual aos demais, e com isto seu direito também é o de se manifestar, de ser ouvido, de ter a mesma educação destinada aos alunos comuns.

CONCLUSÃO

Com este trabalho, procurou-se demonstrar a importância da inclusão nas escolas regulares, bem como proporcionar algumas reflexões acerca das concepções que permeiam esta inclusão, além de conhecer a realidade de uma escola pública, em relação a este processo.

Sabe-se que um dos grandes desafios da educação na atualidade, é assegurar a todos, inclusive a quem possui algum tipo de necessidade especial o direito à educação. Mas para isto, são necessárias mais que políticas públicas, mudanças de atitudes, de valores, além de mudanças nas estruturas físicas e materiais que possibilitem a estes indivíduos as mesmas condições que os demais alunos das escolas regulares têm.

Partindo destes princípios, pensou-se em entrevistar gestores e professores para saber as concepções que os mesmos têm sobre o assunto para, a partir delas, se conhecer um pouco da realidade inclusiva na escola. Para isto, foi elaborado um questionário de ideias prévias, o qual, forneceu dados importantes a respeito da inclusão.

A partir dos questionários, concluiu-se que ainda há muito a ser feito nas escolas regulares para que realmente a inclusão aconteça. E que não bastam políticas públicas, as quais muitas vezes não saem do papel. Isso foi constatado pelas respostas dos gestores, estes afirmaram que são poucas as ações de suporte oferecidas pelo governo, para auxiliar a escola neste novo e difícil desafio.

Em relação as adaptações estruturais, o que observou-se é que a escola preocupou-se em oferecer a estes novos alunos um ambiente adequado, mas ainda faltam materiais para trabalhar os diversos tipos de necessidades, bem como profissionais capacitados e preparados para este novo cenário da educação. Pois, esta exige adaptações tanto físicas, quanto em relação a formação dos recursos humanos, juntamente com uma prática voltada para o pedagógico.

Desta forma considera-se necessário para a viabilização da escola inclusiva, a formação de profissionais qualificados para trabalhar com estes alunos, dados da pesquisa mostraram que a maioria dos docentes não possui formação na área, nem especialização, são professores das mais diversas áreas que acabam trabalhando com os alunos especiais, sem ter nenhum preparo para isto. Considera-se importante também, que toda a equipe escolar seja preparada para a inclusão, ações que facilitem a comunicação de todos, garantindo a eliminação de barreiras, que possam gerar todo e qualquer tipo de preconceito para com estes alunos.

Assim, para tornar a inclusão viável é importante que sejam oferecidos a todos os profissionais envolvidos na comunidade escolar, mas principalmente a professores e gestores, cursos de capacitação, para que seus medos e preconceitos possam ser minimizados a medida que os mesmos se sintam preparados para atender esta demanda de alunos com deficiências, possibilitando respostas adequadas a cada tipo de necessidade.

Espera-se, que este trabalho possa contribuir com alunos, professores e comunidade em geral para repensar a inclusão, pois, a educação inclusiva nas escolas regulares é importante, e necessária para que o respeito as diferenças, e as características individuais de cada pessoa sejam respeitadas, e para que o direito a educação seja garantido a todos, pois, só assim poderemos falar em uma sociedade justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2012.

ANTUNES, Kátiuscia C. V. **História de Vida de alunos com deficiência intelectual: percurso escolar e a constituição do sujeito**. Tese (Doutorado em Educação Inclusiva e processos educacionais) Universidade de Estado do Rio de Janeiro – UERJ / Centro Universitário Serra dos órgãos – UNIFESO, 2009. Disponível em: http://www.eduinclusivapesq-uerj.pro.br/images/pdf/KatiusciaAntunes_Tese_2012.pdf. Acesso em 25 out.2012.

AZEVEDO, Maria Antônia Ramos de; CUNHA, Gracilliani Rosa da. **Gestão Escolar e Educação Inclusiva: uma parceria necessária e emergente na escola** Cunha EDUCAÇÃO: Teoria e Prática - v. 31, p.53-72.jul. -dez, 2008. Disponível em: <http://www.pluridoc.com/Site/FrontOffice/default.aspx?module=Files/FileDescription&ID=3629&state=FD>. Acesso em 10. set. 2012.

BATISTA, Cristina Abranches Mota.; MANTOAM, Maria Teresa Egler. Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental. MEC, SEESP. Brasília, 2006.

BERSCH, Rita. Os desafios das diferenças na escola. **Salto para o futuro**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/175610Desafio.pdf>. Acesso em 25 mar. 2013.

BOAVENTURA, Roberta Silva. **A gestão escolar na perspectiva da inclusão**. 2008. 122f Dissertação (Mestrado em Educação) - UNOESTE, Presidente Prudente, São Paulo, 2008. Disponível em: http://tede.unoeste.br/tede/tde_arquivos/1/TDE-2009-03-03T173420Z-117/Publico/dissertacao%20Roberta.pdf. Acesso em 20/08/2012

BRASIL. **Código civil**. 2. Ed. Brasília: Senado Federal, s/d.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: MEC;1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial: Livro 1 / MEC / SEESP**, Brasília, DF, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portal do MEC: Legislação**. Brasília. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php>. Acesso em 20 out.2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: República Federativa do Brasil;1988.

CAMISÃO, Verônica. **Acessibilidade & Educação**. Rio de Janeiro: [2012]. Disponível em: http://www.cnotinfor.pt/inclusiva/report_acessibilidade_educacao_inclusiva_pt.html. Acesso em 12 jan.2013.

CARNEIRO, Moaci Alves. **O acesso de alunos com deficiências a classes e escolas comuns: possibilidades e limitações**. Petrópolis: Vozes, 2007.

COSTA, Maria Cristina Sanchez. **Sentimentos de professores frente às dificuldades na prática de educação inclusiva de alunos com deficiência no ensino fundamental**. Monografia (Mestrado em psicologia da educação)- Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.centroruibianchi.sp.gov.br/usr/share/documents/MariaCristinaSanchezdaCosta.pdf>. Acesso em 15 nov. 2012.

DELIZOICOV, Demétrio; ANGOTTI, José André; PERNAMBUCO, Marta Maria. **Ensino de ciências: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.

DOMINGOS, Marisa Aparecida. A escola como espaço de inclusão: sentidos e significados produzido por alunos e professores.... **Revista da Educação Especial**. Belo Horizonte, 2005. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Educacao_DomingosMA_1.pdf. Acesso em 16 mai. 2013.

ESTEVÃO, Carlos A. Vilar. Gestão educacional e formação. **Gestão em Ação**, Salvador, v.4, n.2, p. 87-105, jul./dez. 2001. Disponível em: <http://www.gestaoemacao.ufba.br/revistas/gav3n200.PDF>. Acesso em 15 set. 2012.

FERREIRA, Naura S. C. **Gestão Democrática da Educação para uma Formação Humana: conceitos e possibilidades**. Em Aberto, Brasília, v. 17, n. 72, p. 167-177, fev./jun.

2000. Disponível em:

<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1104/1004>. Acesso em 3 set. 2012.

FIGUEIREDO, Rita Vieira de. Formação de professores para a inclusão e o acesso ao ensino superior. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/175610Desafio.pdf>. Acesso em 25 mar. 2013.

GIL, Marta (Coord.). Rede SACI - Solidariedade, Apoio, Comunicação e Informação. São Paulo, [2012]. Disponível em: http://saci.org.br/pub/livro_educ_incl/redesaci_educ_incl.html#s7. Acesso em 12 mai.2012.

GLAT, Rosana.; BLANCO, Leila de M. V. Educação Inclusiva, cultura e cotidiano escolar. Rio de janeiro: Letras, 2007

GOMES, Adriana L. Lima Verde. et al. Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado. Brasília, 2007. Disponível em : <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae.dm.pdf>. Acesso em 15 set. 2012.

GOMES, Patrícia Monteiro. **A educação inclusiva na perspectiva dos cursos de licenciatura.** [S.L]: 2012.

HORA, Dinair Leal da. **Gestão demográfica na escola: Artes e Ofícios de participação coletiva.** Campinas, SP: Papyrus, 1994.

JANNUZZI, Adriana Padula. (Coord). **Programa de inclusão social de pessoas com Deficiência da câmara dos deputados.** Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/novoconteudo/acervo/temas/projetocamara.pdf>

KRAWCZYK, Nora. A gestão escolar: Um campo minado. Análise das propostas de 11 municípios brasileiros. **Educação & Sociedade**, ano XX, nº 67, Agosto/99. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v20n67/v20n67a04.pdf>. Acesso em 15 set. 2012.

LEITE, Lúcia Pereira; BORELLI, Laura Moreira; MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira. Currículo e deficiência: análise de publicações brasileiras no cenário da educação inclusiva. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 29, n. 1, Mar. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982013000100005&script=sci_arttext. Acesso em 23 maio. 2013

LUCK, Heloísa. A evolução da gestão educacional, a partir de mudança paradigmática. **Gestão em Rede**, no. 03, nov., 1997, p. 13-18. Disponível em:

http://cedhap.com.br/publico/ge_GestaoEscolar_02.pdf. Acesso em 08 set. 2012.

LUCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Petrópolis: Vozes, 2006.

LUCK, Heloísa. **Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto à Formação de seus Gestores**. Em Aberto, Brasília, v. 17, n. 72, p. 7-10, fev./jun. 2000. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/em_aberto_72.pdf. Acesso em 10 ago. 2012.

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática. Salvador: Malabares Comunicações e Eventos, 2003.

MAFASSIOLI, Andreia. **O sentido da gestão escolar na construção de processos inclusivos**. Porto alegre, 2009. Monografia (Especialização em educação especial e processos inclusivos). UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17904/000725957.pdf?sequence=1>. Acesso em 20 junh.2012

MANTOAN, Maria Tereza Egler. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon, 1997.

MANTOAN, M. T. E. **Ensinando a turma toda**. Pátio - Revista Pedagógica. v. 5, n. 20, Porto Alegre: ARTMED, p. 18-23, 2002.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MATISKEI, Angelina Carmela Romão Mattar. Políticas públicas de inclusão educacional: desafios e perspectivas * **Educar**, n. 23, p. 185-202. Curitiba: UFPR, 2004. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=Políticas+públicas+de+inclusão+educacional>. Acesso em 20 set. 2012.

MATURANA, H. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MEC. DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Brasília.1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 25 abril 2013.

MEC. SEESP. Secretaria de Educação Especial Saberes e práticas da inclusão: **Recomendações para a construção de escolas inclusivas**. Brasília,2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/const_escolasinclusivas.pdf. Acesso em 06 maio. 2013.

MENDONÇA, Erasto Fortes. ESTADO PATRIMONIAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO NO BRASIL. **Educação & Sociedade**, ano XXII, no 75, Agosto/2001. Disponível em : http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0101-73302001000200007&script=sci_arttext. Acesso em 07 ago. 2012.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Tradução: Windy Brazão. Porto Alegre: Artmed, 2003.

NASCIMENTO, Rosangela Pereira do.; Educação inclusiva: o desafio da formação de professores para promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. Londrina, 2009. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2496-8.pdf>. Acesso em 15 de out. 2012.

NETO, Antônio Cabral and; CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. Gestão escolar em instituições de ensino médio: entre a gestão democrática e a gerencial. **Educ. Soc.** Campinas, [online]. 2011, vol.32, n.116, pp. 745-770. ISSN 0101-7330. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v32n116/a08v32n116.pdf>. Acesso em 12 set.2012

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; LEITE, Lucia Pereira. Construção de um sistema educacional inclusivo: um desafio político-pedagógico. **Ensaio: aval.pol.públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 57, dez. 2007 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362007000400004 . Acesso em 26 jun. 2013. .

OLIVEIRA , Érika Soares de.; MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. Currículo e diversidade: os desafios da inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 17, n. 33, p. 309-325, maio/ago. 2011. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/linhascriticas/article/viewFile/5696/4708>. Acesso em 25 mai. 2013.

OMOTE, Sadao (org.). **Inclusão: intenção e realidade**. Marília: FUNDEPE, 2004.

OMOTE, Sadao. et al. Mudança de atitudes sociais em relação à inclusão. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, v. 15, n. 32, dez, 2005 . Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v15n32/08.pdf> Acesso em 26 jun. 2013.

PARO, Vitor Henrique. **A utopia da gestão escolar democrática**. São Paulo: Cad. Pesq, fev. 1987.

PAULA, Roseli Lopes de.; SCHNECKENBERG, Marisa. GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: DESAFIO PARA O GESTOR DO SÉCULO XXI. **Revista Eletrônica Lato Sensu** – Ano 3, nº1, março de 2008. ISSN 1980-6116. Disponível em:

<http://www.horacio.pro.br/fmp/2012-1/estagio/gestaodemocratica.pdf>. Acesso em 5 out. 2012.

PAVEZI, Marilza. **Gestão da inclusão: das políticas públicas à efetiva garantia de acesso, permanência e sucesso para todos os alunos em idade de escolarização obrigatória**.

Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão, [2010]. Disponível em:

http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.11/GT_11_11_2010.pdf. Acesso em: 06 ago.2012

PLETSCH, Márcia Denise. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. **Educ. rev.** [online]. 2009, n.33, pp. 143-156.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602009000100010. Acesso em 22 abril 2013.

REIS, Marlene B. de F.; SILVA, Livia R. de S. Educação inclusiva: o desafio da formação de professores. **REVELLI**. Inhumas- GO, 2011.

REIS, Rosangela Leonel dos. ROOS, Paulo Ricardo. A inclusão do aluno com deficiência intelectual no Ensino Regular. **Portal de arquivos**. [2012]. Disponível em:

<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2216-8.pdf>. Acesso em 29 jul. 2012.

REGO, Teresa Cristina R. **A indisciplina e o processo educativo**: Uma análise na perspectiva vygotskyana". In: AQUINO, Julio G. (org.). *Erro e fracasso na escola*. São Paulo: Summus, 1997.

SÁ, Elizabeth Dias de. Necessidades Educacionais Especiais na Escola Plural. Banco de escola. [2005]. Disponível em: <http://www.bancodeescola.com/plural.htm>. Acesso em 03 set. 2012.

SANT'ANA, Izabella Mendes. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 10, n. 2, Aug. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n2/v10n2a09.pdf>. Acesso em 05 fev. 2013.

SAMPAIO, CT.; and SAMPAIO, SMR. Educação inclusiva: o professor mediando para a vida [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, 162 p. Disponível em: <http://static.scielo.org/scielobooks/3hs/pdf/sampaio-9788523209155.pdf>. Acesso em 28 set. 2012.

SANTOS, Iris Pereira de Lima dos. **A gestão democrática da escola: as relações político-pedagógica do coletivo docente e seu gestor**. Monografia (Pedagogia, gestão e coordenação do trabalho) Universidade do estado da Bahia,- Salvador, 2011. Disponível em: <http://www.uneb.br/salvador/dedc/files/2011/05/Monografia-Isis-Pereira-de-Lima.pdf>. Acesso em 02 jun. 2012.

SILVA, Lidia Martins da. **Educação inclusiva e formação de professores**. Monografia (Especialização em educação profissional tecnológica inclusiva)- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do estado de Mato Grosso / Campus Cuiabá – Octayde Jorge da silva, Cuiabá, 2009. Disponível em : http://bento.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2010069353641lidia_monografia.pdf. Acesso em 10 ago.2012.

SILVEIRA, Flávia Furtado.; NEVES, Marisa M. B da J. Inclusão Escolar de Crianças com Deficiência Múltipla: Concepções de Pais e Professores. **Teoria e Pesquisa**. Jan-Abr 2006, Vol. 22 n. 1, pp. 079-088. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n1/29847.pdf>. Acesso em 05 out.2012.

STRIEDER, Roque. Dignidade humana como desafio da inclusão escolar. In: Seminário de pesquisa da região Sul. [S.l.], 2012. **Anais**. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1191/652>. Acesso em 8 abr. 2013

SOUZA, Eldinea Gonçalves de. et al. **Educação inclusiva: igualdade na diferença**. Unijales. [2012]. Disponível em: http://www.unijales.edu.br/unijales/arquivos/28022012094602_242.pdf

STOBAUS, Claus. D.; MOSQUERA, José M. **Educação Especial, em direção a educação inclusiva**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

SANTOS, Maria T.C.T. dos. A formação dos professores no contexto de uma escola aberta às diferenças. **Salto para o futuro**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/175610Desafio.pdf>. Acesso em 25 mar. 2013.

STRIEDER, Roque. ; ZIMMERMANN, Rose. L. A inclusão escolar e os desafios da aprendizagem. **Cadernos de pesquisa.** Disponível em: http://www.utp.br/Cadernos de Pesquisa/pdfs/cad_pesq10/10 a inclusao_cp10.pdf. Acesso em 25 set. 2012.

TEZANI, Thaís Cristina Rodrigues. A relação entre gestão escolar e educação inclusiva: o que dizem os documentos oficiais? **Revista Eletrônica**, [2004]. Disponível em: http://www.fclar.unesp.br/Home/Departamentos/CienciasdaEducacao/RevistaEletronica/edi6_artigothaitezani.pdf. Acesso em 05 ago. 2012.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** São Paulo: Martins Fontes, 1998

XAVIER, Carlos da R. **A Gestão da Qualidade e a Excelência dos Serviços Educacionais: Custos e Benefícios de sua Implantação.** IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. MARÇO DE 1996. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/bf_bancos/e0000529.pdf. Acesso em 05 out. 2012

WITTMANN, Lauro Carlos. **Autonomia da Escola e Democratização de sua Gestão: novas demandas para o gestor.** Em Aberto, Brasília, v. 17, n. 72, p. 88-96, fev./jun. 2000. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1094/995>. Acesso em 25 out. 2012.

4 APÊNDICE(S)

4.1 Apêndice A

Questionário aos professores

1) Há quanto tempo trabalha na instituição?

() 0-2 anos

() 2-5 anos

() mais de 5 anos

2) Qual sua formação didática

() Magistério 2º grau

() Licenciatura em pedagogia

() Especialização em educação especial.

() Licenciatura em educação especial

3) O que é educação inclusiva, no seu entendimento?

3) Você acredita que todos os tipos de deficiências podem ser atendidas na escola regular?

() Sim

() Não

Por quê?

4) Quando se fala em educação inclusiva, há um pressuposto de que, hoje, a educação se dá de forma exclusiva? Como você vê essa questão?

4.2 Apêndice B

Questionário aos gestores

- 1) Para você o que significa falar em educação inclusiva?

- 2) Como ocorre a inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular do estado, de acordo com a orientação do MEC?

- 3) Quais as ações da Secretaria de Educação do Estado no sentido de criar condições e promover a inclusão?

- 4) São oferecidos cursos aos professores, no sentido de prepará-los para a inclusão de alunos com necessidades especiais?

- 5) Quais aspectos você destacaria em termos de mudança no cotidiano da escola e mais especificamente da sala de aula em uma proposta de educação inclusiva?

- 6) Quais as adaptações realizadas na escola para receber estes alunos?

- 7) Existe resistência por parte dos professores em incluir estes alunos?

8) Quem são os sujeitos da educação inclusiva?